

# **BRAUDEL E A PLURALIDADE DO TEMPO: A HISTÓRIA ENTRE O ESTRUTURAL E O FACTUAL**

Carlos Prado\*

## **RESUMO**

Na década de 1950, Lévi-Strauss se tornou um dos mais eminentes cientistas sociais e o estruturalismo antropológico lançado por ele, abalou não apenas a antropologia funcionalista, mas também outras ciências, inclusive a História. A proposta estruturalista trouxe aos historiadores velhas questões, reascendendo o debate entre evento e estrutura. O objetivo do presente artigo é discutir como Braudel responde ao avançar do estruturalismo lévi-straussiano, a partir da longa duração e de uma abordagem do plural do tempo, buscando superar a oposição entre o estrutural e o factual. Primeiramente, vamos apresentar o estruturalismo antropológico, ressaltando suas características e considerações diante do pensamento histórico. Num segundo momento, evidencia-se como Braudel se apropria do estruturalismo de Lévi-Strauss ao mesmo tempo em que o nega e apresenta a História como a ciência capaz de permanecer hegemônica entre as Ciências humanas. Posteriormente, trataremos do conceito de longa duração e da pluralidade temporal. Por fim, na última parte, traçamos algumas considerações sobre a ampliação da história estrutural, destacando sua diversidade e seus riscos, especialmente, o de produzir uma história imóvel.

**Palavras-chave:** Pluralidade temporal; Longa duração; Estrutura; Braudel.

## **ABSTRACT**

In the 1950s, Lévi-Strauss became one of the most eminent social scientists, and his anthropological structuralism shook not only functionalist anthropology but also other sciences, including history. The structuralist proposal has brought historians old questions, rekindling the debate between event and structure. The aim of this paper is to discuss how Braudel responds and advance Lévi-Straussian structuralism, based on its long duration and a plural approach to time, seeking to overcome an opposition between

---

\* Professor do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Possui graduação em História pela Universidade Católica Dom Bosco (2005), Mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2010) e Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2019). E-mail: [carlosprado1985@hotmail.com](mailto:carlosprado1985@hotmail.com)

structural and factual. Firstly, we will present anthropological structuralism, highlighting its characteristics and considerations in the face of historical thinking. In a second moment, it is evident how Braudel appropriates Lévi-Strauss's structuralism while denying it and presenting history as the science capable of remaining hegemonic among the human sciences. We will deal later with the concept of long duration and temporal plurality. Finally, in the last part, we outline some considerations about the expansion of structural history, highlighting its diversity and its risks, especially that of producing a motionless history.

**Keywords:** Temporal plurality; Longterm; Structure; Braudel

Em 1955 Claude Lévi-Strauss publicou *Tristes Trópicos*, obra que alcançou grande destaque internacional. Essa publicação e sua repercussão positiva deram um grande impulso às Ciências Sociais, especialmente à Antropologia e essa nova abordagem que surgia buscando o domínio das ciências humanas: o estruturalismo. Lévi-Strauss se consolidou nesse período como o expoente máximo dessa nova corrente de pensamento que reformulou e influenciou diferentes pensadores das ciências humanas.

Com o estruturalismo de Lévi-Strauss, as disciplinas sociais se viram diante de uma proposta audaciosa que causou furor no mundo acadêmico, arrebatando diversos adeptos, como também adversários. De qualquer maneira, foi difícil permanecer indiferente diante à proposta estruturalista, que reconduziu velhas questões à História e à Sociologia. Essas ciências, especialmente a História, foram levadas a se questionarem sobre o conhecimento que produziam.

Diante da teoria de Lévi-Strauss, os historiadores foram impulsionados a discussões e debates sobre a própria produção e validade da produção historiográfica. A principal questão que retornou ao centro das discussões foi de valor epistemológico. Afinal, a História deve se preocupar com o evento ou com o geral? O conhecimento histórico se origina da investigação que parte do singular e particular ou das generalizações e repetições? A História deve investigar os eventos em busca de uma estrutura social ou esse conceito não é compatível com o conhecimento histórico?

Estes questionamentos não eram novos. Eram problemáticas que vinham sendo tratadas pelos historiadores desde as discussões

entre a Escola Metódica de Seignobos e a Sociologia de Simiand.<sup>1</sup> Todavia, no final de 1950, desenvolveu-se um novo capítulo desse debate que proporcionou novas reflexões e um novo avançar na construção do conhecimento histórico. De acordo com Reis (2008, p. 9): “Estas questões reapareceram porque Lévi-Strauss pôs em dúvida a cientificidade da História e até mesmo a sua possibilidade como saber”. Ao buscar colocar a Antropologia no centro das ciências que investigam os homens, Lévi-Strauss desqualificou a Sociologia e a História, especialmente a segunda, pois era a ciência que ocupava uma posição mais destacada nas instituições acadêmicas.

A resposta dos historiadores ao estruturalismo de Lévi-Strauss não tardou e veio pelas mãos de Fernand Braudel, que escreveu um artigo polêmico que se tornou uma leitura obrigatória para historiadores daquela geração e das posteriores. O texto em questão recebeu o título de *História e Ciências Sociais. A longa duração*, e foi publicado em 1958, na revista *Annales E.S.C.*<sup>2</sup>

Braudel centrou a discussão na relação entre a História e as Ciências Sociais. Seguindo a tradição dos *Annales*, ele afirmou estar aberto ao diálogo e ao intercâmbio com os pesquisadores de outras áreas. Nessa perspectiva, lançou o conceito de ‘longa duração’, uma categoria que busca incorporar a noção de estrutura e de pluralidade temporal, de forma a se tornar a base metodológica comum às ciências humanas.

O objetivo do presente artigo é discutir como Braudel responde ao avançar do estruturalismo lévi-straussiano, a partir da longa duração e de uma abordagem do plural do tempo, buscando superar a oposição entre o estrutural e o factual.<sup>3</sup>Num primeiro

---

<sup>1</sup> Em 1903, François Simiand publicou, na *Revue de synthèse historique* de Henri Berr, o polêmico artigo; “Método histórico e Ciências Sociais”, no qual apontou os três ídolos dos historiadores – político, individual e cronológico. O texto lançou uma feroz crítica a história dos acontecimentos políticos e convidou os historiadores a passar do fenômeno singular para o regular, para a investigação das relações estáveis e permanentes, ou seja, para se deslocar o olhar do factual para o geral.

<sup>2</sup> Posteriormente o artigo de Braudel foi publicado em diversas outras revistas importantes, sendo traduzido para diversas línguas. No Brasil, ele foi publicado na *Revista de História*, número 62, em 1965, com tradução de Ana Maria de Almeida Camargo.

<sup>3</sup> Braudel e Lévi-Strauss foram professores da Universidade de São Paulo na década de 1930. Neste período, a recém-criada USP buscava se firmar como instituição e convidou professores estrangeiros para auxiliar neste processo. Assim, em 1935 a convite de Júlio Mesquita Filho, ambos chegaram ao Brasil para ocupar cadeiras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O antropólogo ficou com a cadeira de Sociologia e Braudel ocupou a de História Moderna. Em sua estada no Brasil, o

momento, vamos apresentar o estruturalismo antropológico, ressaltando suas características e considerações diante do pensamento histórico. Num segundo momento, evidencia-se como Braudel se apropria do estruturalismo de Lévi-Strauss ao mesmo tempo em que o nega e apresenta a História como a ciência capaz de permanecer sendo o carro chefe das Ciências Sociais. Na sequência, apresentaremos a resposta dos historiadores, ou seja, o conceito braudeliano de longa duração e a pluralidade temporal. Por fim, na última parte, traçamos algumas considerações a diversidade da história estrutural pós-braudel, destacando sua ampliação e seus riscos, especialmente, o de produzir uma história imóvel.

## **A antropologia estrutural de Lévi-Strauss**

A proposta apresentada por Lévi-Strauss em *Antropologia estrutural* evidencia que sua ambição não era pequena. Ele apresenta uma forte crítica à Antropologia funcionalista, principalmente, à Malinowski. Mas sua concepção da disciplina antropológica vai além de divergências teóricas, o que leva a elaboração de um novo método e a fundação de uma nova corrente, uma nova escola. O estruturalismo lévi-straussiano partilha do método linguístico apreendido de Roman Jakobson, professor russo que se tornou um dos principais linguistas do século passado e é reconhecido pelo pioneirismo na análise estrutural da linguagem. Ambos foram colegas na década de 1940 na *New Scholl for Social Research*, em Nova Iorque. Lévi-Strauss relaciona os sistemas fonológicos com o sistema de parentesco, pois ambos seriam resultados de elaborações inconscientes do pensamento.

O que nos interessa mais precisamente é a postura do estruturalismo lévi-straussiano diante da produção e validade do conhecimento histórico. O pesquisador francês, em um primeiro momento, reconhece a pertinência e a necessidade dos estudos históricos, ao considerar que História e Etnologia devem trabalhar juntas, de forma indissociável. Todavia, coexiste a percepção de que a hegemonia que a História era prejudicial para a Antropologia. Na perspectiva lévi-straussiana, esse privilégio da História sob as

---

etnólogo francês realizou diversas excursões pelo país, incluindo, os estados de Goiás, Paraná e Mato Grosso, onde entrou em contato com os índios cadiués, bororo e nambiquaras. Essas viagens-expedições foram fundamentais para o desenvolvimento do seu pensamento, contribuindo muito suas obras posteriores, como *As estruturas elementares do parentesco* e *Tristes trópicos*.

demais disciplinas era injustificável e se traduzia num preconceito contra as sociedades primitivas, considerados “sem história”.

Em sua crítica ao conhecimento histórico, Lévi-Strauss aponta que a produção dos historiadores é superficial, pois, para ele, o que a História faz é reconstruir os fatos de forma abstrata e genérica. O historiador escolhe, seleciona e recorta os fatos de forma parcial, o que impossibilita a construção de uma visão totalizadora ou real do fato histórico que é narrado. Na visão lévi-straussiana a descrição construída pelo historiador é insuficiente e aparente, permanecendo na descrição do evento e nunca penetrando na estrutura das sociedades.

A essa crítica, se acrescenta o questionamento da noção evolucionista que, para Lévi-Strauss, é uma característica sempre presente nas narrativas históricas. Para o estruturalista os fatos não podem ser concebidos sempre de forma contínua e progressiva, seguindo uma linearidade. Pois dessa forma, os historiadores acabam por abortar as descontinuidades, não dando conta das rupturas.

Lévi-Strauss afirma que a História e a Etnologia têm o mesmo objeto de pesquisa; a vida humana em sociedade, e o mesmo objetivo; compreender o homem. O que diferencia então as duas disciplinas são seus olhares sobre as relações humanas. Para ele, a História se caracteriza por apresentar um conhecimento diacrônico e eventual, enquanto que a Etnologia apresenta o conhecimento sincrônico e estrutural. Enquanto uma disciplina valoriza a temporalidade e a continuidade, a outra valoriza a cultura, suas crenças, hábitos e costumes. “Enquanto a História organiza seus dados em relação às expressões conscientes, a Etnologia indaga sobre as relações inconscientes da vida social” (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 34).

Se a História permanece na superfície dos eventos, descrevendo as instituições que se sucedem e narrando os acontecimentos que se sobrepõem no tempo, a Antropologia, por sua vez, busca uma estrutura que está abaixo, que se revela mais permanente, inflexível e durável no tempo. A partir de estudos da linguística, Lévi-Strauss (2003, p. 41) concebe que muito da vida social escapa do pensamento racional: “o etnólogo se interessa, sobretudo, pelo que não é escrito; não tanto porque os povos que estuda são incapazes de escrever, como porque aquilo que interessa é diferente de tudo o que os homens se preocupam em fixar na pedra ou no papel”.

Para Lévi-Strauss o lugar de atuação do historiador é o

campo empírico, campo observável e palpável. “Ou seja, a história se situa no plano do dito, do manifesto, na superfície dos testemunhos, ao passo que a etnologia busca o que está por trás desse dito e desse manifesto, inspirando-se no método linguístico” (MARTIN, 2018, p. 288). O historiador deve permanecer nesse campo mais imediato, justamente por que é incapaz de descer até as estruturas profundas da sociedade. Essa sim é a tarefa da Etnologia. Para Lévi-Strauss (2003, p. 34) a diferença fundamental entre as duas disciplinas é que uma é empírica e a outra conceitual: “Elas se caracterizam pela escolha de perspectivas complementares: a História organizando seus dados em relação às expressões conscientes, a Etnologia em relação às condições inconscientes da vida social”.

Partindo desse pressuposto, Lévi-Strauss se concentra no estudo das sociedades ditas “arcaicas”, chamadas sociedades “frias”. Sua principal preocupação é com o funcionamento do “espírito humano”, onde Lévi-Strauss busca a permanência, para além de toda multiplicidade e diversidade do espaço e do tempo. A função do etnólogo é então, descobrir e desvendar esses aspectos mentais que permanecem invariáveis e, que se revelam, por exemplo, por meio dos mitos. Trata-se de desvendar uma “natureza humana”, uma espécie de “essência”, um dado a-histórico: “O problema deixa de ser a diversidade; ou melhor, partia-se da diferença para se chegar ao comum e ao universal” (SCHWARCZ, 1999, p. 205).

Na busca dessa estrutura inconsciente e universal, Lévi-Strauss deixa a história em segundo plano. O estudo das instituições, das estruturas de poder, das relações de produção, das suas diferentes formas de manifestação, tudo isso não se mostra interessante, pois seriam apenas variações, aspectos passageiros, produzidos conscientemente pelos homens. Nesse projeto de a-historicização, a Etnologia estruturalista vai buscar o imóvel das relações humanas, por isso, se volta para o estudo das estruturas de parentesco e símbolos mitológicos.

De acordo com Reis (2008), Lévi-Strauss se coloca contrária à História em três momentos: Primeiro, no âmbito institucional, afinal as duas disciplinas disputam a hegemonia entre as Ciências Sociais, ou seja, concorrem entre si pelo controle de instituições, cargos e financiamentos. Segundo, no âmbito epistemológico, se a História é evolutiva, progressiva e se constrói na continuidade, o estruturalismo se localiza no que é permanente e imóvel. Por fim, as divergências alcançam o âmbito político, porque a História está

entrelaçada com o projeto da modernidade e da filosofia progressista, enquanto que o projeto etnológico de Lévi-Strauss, nega essa razão baseada na noção de progresso e propõe uma desaceleração conservadora da história: “A ideia da humanidade integrada à natureza é contra o projeto cristão-iluminista, que via a história como a via real para a emancipação humana. Lévi-Strauss quer compreender a vida como uma função da matéria inerte” (REIS, 2008, p. 13).

Ao analisarmos estas relações e conflitos, não podemos deixar de lado a participação de instituições no financiamento de pesquisas. As disputas entre as disciplinas ocorrem também no campo econômico. A partir do final da II Guerra Mundial, e ao longo das décadas de 1950 e 60, organismos internacionais ligados à UNESCO<sup>4</sup>, assim como a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford desempenharam um importante papel investindo e impulsionando pesquisas nas áreas das ciências humanas.

Essa luta pelo predomínio no campo das Ciências Sociais se traduzia numa disputa pelos financiamentos desses órgãos e das fundações internacionais. A disciplina que se consagrasse vitoriosa no terreno epistemológico arrebataria os maiores incentivos para futuras pesquisas. Esse foi um dos fatores que levaram Braudel a se posicionar diante da proposta estruturalista. A resposta dos historiadores é dada pelo líder da segunda geração da Escola dos *Annales*. Trata-se de uma resposta marcou a posição dos historiadores diante da proposta estruturalista. É essa reação lançada por Braudel que discutiremos na segunda parte do presente artigo.

## **Braudel e a resposta da História**

Em 1958, Braudel publicou *História e Ciências Sociais. A longa duração*, seu artigo-manifesto que respondeu à ofensiva estruturalista. Como o próprio título deixa claro, o artigo trata da relação entre a História e as demais Ciências Sociais, uma das problemáticas mais relevantes quando tratamos da Escola dos *Annales*. Desde Bloch e Febvre, a relação com as demais ciências é pautada em conflitos e alianças, combates e diálogos. Se anteriormente, os fundadores da revista tiveram que travar um debate contra uma destacada geração de sociólogos pela

---

<sup>4</sup> A UNESCO funda em 1949, as Associações Internacionais de Sociologia e de Direito Comparado, assim como a Associação Francesa de Ciência Política.

preeminência da História, no final da década de 1950 esse debate era travado por Braudel, contra a Antropologia estruturalista de Lévi-Strauss.

Todavia, é importante apontarmos que esse combate nunca se dá apenas pela repulsa e pela crítica, muito pelo contrário, uma das características fundamentais dos *Annales* é dialogar e se apropriar de métodos e conceitos das disciplinas concorrentes. No contexto pós-guerra, a proposta dos *Annales* de aproximação com as Ciências Sociais ganhou um novo impulso. Em 1946, a revista mudou seu título adotando o de *Annales: économies, sociétés, civilisations*. Interessante observar que o termo “história” desapareceu. O objetivo era solidificar uma reaproximação com as demais Ciências Sociais. Para Dosse (2003, p. 183): “Essa mudança marca a vontade de realizar mais facilmente a osmose entre as diversas ciências sociais, sendo os historiadores os mestres de obra dessa síntese, ao ocultar sua participação para que não se perceba mais facilmente seu papel coordenador.”

Braudel, que sucedeu Febvre na direção da revista, era partidário de abrir as fronteiras entre as disciplinas para que possa ocorrer uma livre circulação de pessoas, ideias e projetos. Braudel (2005, p. 33) comenta que “a História, durante esses últimos anos, se enriqueceu com aquisições e contribuições de suas vizinhas. Verdadeiramente ela construiu com elas um novo corpo”. Mas nesse processo de intercâmbio, ele não se descuidou do papel central que a História deve desempenhar. Ela deve absorver, assimilar e sair fortalecida. Braudel (2005, p. 32) afirma que a História:

De fato, aproveitou, antes de tudo, do impulso vitorioso das jovens ciências humanas, ainda mais sensíveis, do que ela própria às conjunturas do presente. Vimos nascer, renascer ou desabrochar há cinquenta anos, uma série de ciências humanas imperialistas e, cada vez, seu desenvolvimento significou para nós, historiadores, choques, complicações, depois imensos enriquecimentos. A história é talvez a maior beneficiária desses progressos recentes.

É a partir dessa perspectiva que podemos pensar o diálogo que Braudel estabeleceu com as Ciências Sociais. Interessante notar que em *História e ciências sociais. A longa duração*, Braudel não ataca diretamente Lévi-Strauss, ele evita uma polêmica, ele não quer transformar o debate em uma controvérsia pessoal. A concorrência teórica entre ambos se manifesta apenas nas entrelinhas do texto. Por conseguinte, o artigo não é apresentado

como uma resposta direcionada ao antropólogo francês que não é muito citado ao longo do artigo e quando é, ainda é elogiado.<sup>5</sup> Braudel cita Lévi-Strauss não para confrontá-lo ou para fazer oposição, mas sempre buscando uma aproximação.

Não obstante, Lévi-Strauss tem como objeto fundamental dos seus estudos as chamadas sociedades “frias”, sociedades arcaicas, se mantendo afastado do dinamismo e movimento das sociedades contemporâneas. É nesse sentido que Braudel (1965, p. 287-288) observa que:

Mas as matemáticas sociais qualitativas não terão feito sua prova senão quando elas forem levadas a uma sociedade moderna, a seus emaranhados problemas, a seus diferentes ritmos de vida. (...) eles devem reencontrar o jogo múltiplo da vida, todos os seus movimentos, todas as suas durações, todas as suas rupturas, todas as suas variações.

Essa passagem é emblemática para compreendermos a posição de Braudel e sua defesa da diversidade do tempo histórico. São nas sociedades contemporâneas que a temporalidade se impõe de forma decisiva com seus diferentes ritmos. Movimentos diversos, variações, durações, rupturas e continuidades constituem a matéria-prima do historiador que lida essencialmente com o tempo. “Para o historiador, tudo começa, tudo acaba, pelo tempo (...) O sociólogo não é molestado por este tempo complacente que ele pode cortar à vontade, deter, recolocar em movimento” (BRAUDEL, 1965, p. 289).

Aqui, aparece a crítica aos sociólogos. Estes sempre podem estar em desacordo com o tempo, mas o historiador jamais pode fugir da pluralidade temporal. Nessa perspectiva, Braudel (1965, p. 291) acrescenta que: “Não é contra a história que estão, final e inconscientemente, os sociólogos, mas contra o tempo da história (...) está sujeição a qual o historiador nunca escapa, os sociólogos, eles próprios, quase sempre escapam”. Na discussão com a sociologia, o historiador francês aponta que compreender as sociedades humanas passa pela compreensão de suas diversas temporalidades e, nesse sentido, os historiadores não poderiam buscar refúgio nos conceitos sociológicos, pois estes, não estão sujeitos ao tempo histórico.

---

<sup>5</sup> “Voltarei, uma vez mais, a C. Lévi-Strauss, porque sua tentativa, nestes domínios, me parece a mais inteligente, nestes domínios, me parece a mais inteligente, a mais clara, a melhor enraizada, também, na experiência social, da qual tudo deve partir, para onde tudo deve voltar” (BRAUDEL, 1965, p. 286).

Nesse sentido, a proposta de Braudel (1965, p. 263) é que a pluralidade do tempo seja aceita como um princípio metodológico comum: “Quer se trate do passado, quer da atualidade, uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das Ciências Sociais”. Para superar os embates entre historiadores e cientistas sociais, ele propõe um método que possa ser utilizado pelos diferentes pesquisadores.

Braudel afirma que a História e as Ciências Sociais poderiam caminhar juntas sim, e para isso, o conceito de longa duração seria fundamental. Para ele, a consciência da pluralidade do tempo social era indispensável para a constituição de metodologia comum. Braudel (1965, p. 291) acrescenta: “Se a história é levada, por natureza, a prestar uma atenção privilegiada à duração, a todos os movimentos entre os quais ela pode se decompor, a longa duração nos parece, a linha mais útil para uma observação e uma reflexão comum às ciências sociais”. Diante da confrontação permanente entre as Ciências Sociais, a pluralidade temporal de Braudel, encabeçada pelo conceito de longa duração, seria a possibilidade de uma linguagem comum, mantendo assim a preeminência da História.

Assim, Braudel (1965, p. 294) encerra seu texto reafirmando seu interesse e sua vontade em construir um pensamento comum. Nesse sentido, ele é bem claro ao afirmar:

(...) desejaria que todas as ciências sociais, provisoriamente, cessem de tanto discutir sobre suas fronteiras recíprocas, sobre o que é ou não é ciência social, o que é ou não é estrutura... que elas tratem antes, de traçar, através de nossas pesquisas, as linhas, se é que há linhas, que orientam uma pesquisa coletiva, e também os temas que permitam atingir uma primeira convergência. Estas linhas, eu as chamo pessoalmente: matematização, redução do espaço, longa duração.

Mais uma vez, Braudel deixa claro o objetivo central da sua proposta. Trata-se de pensar a convergência entre as ciências humanas, de viabilizar a realização de pesquisas coletivas derrubando as barreiras entre os cientistas sociais que estão separados por áreas. Todavia, a proposta tem o objetivo último de manter a História como disciplina predominante, pois a longa duração coloca a pluralidade temporal no centro do debate.

Para Braudel (1965, p. 265), a história da longa duração não era uma inovação, ou uma grande descoberta sua. Na verdade, ela

já vinha sendo praticada por grandes historiadores, mesmo antes da escola dos *Annales*: “Os historiadores do século XVIII e do início do XIX estiveram atentos às perspectivas da longa duração, que mais tarde, grandes espíritos, como Michelet, Ranke, Jacob Burckhardt, Fustel, souberam redescobrir.” E desde os anos 20, obras como *Os reis taumaturgos* de Bloch e outros trabalhos de Febvre, já tinham levado a discussão estrutural para o centro dos trabalhos históricos. Nessa perspectiva, segundo Braudel, os historiadores não tinham muito a aprender com Lévi-Strauss, pois já vinham praticando uma análise de base estrutural, resultado do diálogo com a Sociologia, com a economia e com a Geografia.

### **A pluralidade temporal: o estrutural e o factual**

Braudel lançou uma proposta pautada na pluralidade do tempo. Tal iniciativa teve o grande mérito de buscar superar a dualidade entre evento e estrutura. Ao apresentar temporalidades diferentes, o factual e o geral deixam de aparecer de forma oposta. A abordagem braudeliana encoraja a pesquisa na grande diversidade temporal. “Assim chegamos a uma decomposição da história em planos escalonados. Ou, se quisermos, à distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual” (BRAUDEL, 2005, p. 15).

Esse tempo plural é construído a partir de três temporalidades: A longa duração; a conjuntura ou tempo cíclico; e, por fim, o acontecimento ou curto prazo. Os ritmos heterogêneos quebram a unidade da duração e o tempo torna-se qualitativo. Pode-se verificar diferentes estágios do tempo e seus descompassos. O interesse de Braudel (2005, p. 25) é recuperar a dialética dessas diferentes temporalidades e sistematizá-las num movimento único:

(...) são movimentos que não têm nem a mesma duração, nem a mesma direção, que se integram, uns no tempo dos homens, o de nossa vida breve e fugidia, outros nesse tempo das sociedades para as quais uma jornada, um ano não significam grande coisa, para as quais, por vezes, um século inteiro não é mais que um instante de duração.

Assim, o tempo está subdividido em diferentes níveis, os quais se relacionam em um tempo global, totalizante. Verifica-se então, que a duração não aparece como um dado pronto e acabado à espera do historiador, pelo contrário, ela é construída por ele, resultado da sua reflexão.

Para Braudel (2005, p. 13), a primeira temporalidade é aquela que apresenta o ritmo mais lento, que “põe em questão uma história quase imóvel, a do homem em suas relações com o meio que o cerca”. Com a longa duração, a geografia deixa de aparecer apenas num segundo plano e passa a ocupar um lugar privilegiado. As montanhas, as paisagens, os rios, os mares, a flora e a fauna que apareciam ocasionalmente e não como um aspecto determinante para ação dos homens e para o desenvolvimento histórico de um povo, aparecem agora num primeiro plano. Braudel (2005, p. 13-14) argumenta que:

Não quis negligenciar essa história, quase fora do tempo, ao contato das coisas inanimadas, nem me contentar, relativamente a ela, com essas tradicionais introduções geográficas à história, inutilmente colocadas ao limiar de tantos livros, com suas paisagens minerais, suas lavras e suas flores que as pessoas mostram rapidamente e das quais em seguida não mais tomam conhecimento, como se as flores não voltassem a cada primavera, como se os rebanhos parassem em seus deslocamentos, como se os navios não tivessem de vogar sobre um mar real, que muda com as estações.

Braudel argumenta que essa história quase imóvel, quase fora do tempo, não podia mais ser menosprezada e tomada apenas rapidamente. Os historiadores deveriam se ater mais demoradamente nessa história repetitiva dos elementos da natureza e sua lenta transformação. O tempo geográfico é a mais longa temporalidade histórica concebível. Trata-se de um conceito estrutural, pois vai além dos ciclos e interciclos:

Por “estrutura”, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura, é sem dúvida, um conjunto, uma arquitetura, mas é mais ainda uma realidade que o tempo usa mal e veicula demoradamente. Certas estruturas vivem por muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações (BRAUDEL, 1965, p. 268).

Todavia, é preciso ressaltar que a longa duração não é pautada na imobilidade. Não é o tempo sem mudança, estrutura eterna e imóvel, como parece ser as estruturas de Lévi-Strauss, mas uma estrutura sujeita a mudanças lentas. Elas podem parecer imperceptíveis, mas sempre estão lá.

A segunda temporalidade aborda o estudo conjuntural,

observando os ciclos econômicos e os Estados, as sociedades e as civilizações. O objetivo é mostrar como que todas essas forças de profundidade agem e influenciam no desenvolvimento histórico. De acordo com Braudel (2005, p. 14), trata-se de “uma história lentamente ritmada, (...) uma história *social*, a dos grupos e dos agrupamentos”. Se num primeiro momento, a história se mostra quase imóvel, nessa história conjuntural, o ritmo é cíclico, secular.

A história de eventos políticos e de sujeitos que determinam o curso dos acontecimentos é o foco da terceira temporalidade. Trata-se da curta duração, daquela história que era feita pelos historiadores tradicionais, positivistas, historicistas e empiristas, presos aos indivíduos e aos acontecimentos superficiais e concisos. Segundo as palavras de Braudel (2005, p. 14):

Uma história com oscilações breves, rápidas, nervosas. Ultrassensível por definição, o menor passo põe em alerta todos os seus instrumentos de medida. Mas que, sendo assim, é a mais apaixonante, a mais rica em humanidade, a mais perigosa também. Desconfiemos dessa história ainda ardente, tal como os contemporâneos a sentiram, descreveram, viveram, no ritmo de sua vida, breve como a nossa. Ela tem a dimensão de suas cóleras, de seus sonhos e de suas ilusões.

Braudel deixa claro a sua desconfiança diante dessa história eventual. Enfatiza como ela pode ser enganosa e ilusória. Seu objetivo ao abordar a longa duração e o tempo cíclico é justamente evidenciar como existem outros determinantes que atuam para além do evento político e do indivíduo. Essa concepção de temporalidades plurais é claramente oposta ao tempo vazio e linear da história factual, tipicamente positivista e historicista: “Falamos da nossa desconfiança com relação a uma história puramente *événementielle*. Sejam justos: se há um pecado *événementialiste*, a história, acusada de opção, não é a única culpada. Todas as ciências sociais participam do erro” (BRAUDEL, 1965, p. 273).

Importante pontuar que para Braudel, se a história cometeu um equívoco ao se pautar essencialmente no evento, ela não deve carregar essa culpa sozinha, mas dividi-la com os sociólogos e outros cientistas. Mais uma vez, fica evidente sua postura de defensor da disciplina histórica contra os ataques externos. Ainda sobre a história do tempo curto, cabe acrescentar que Braudel (2005, p. 23) não menospreza a ação dos homens enquanto sujeitos históricos, mas os compreende como parte de uma organização maior:

Não negamos, para tanto, a realidade dos eventos ou o papel dos indivíduos, o que seria pueril. Ainda assim cumpriria notar que, na história, o indivíduo é, muito frequentemente, uma abstração. Não há jamais na realidade viva, indivíduo encerrado em si mesmo; todas as aventuras individuais se fundem numa realidade mais complexa, a do social, uma realidade “entrecruzada”, como diz a Sociologia.

A longa duração busca penetrar na realidade e mostrar toda a sua complexidade. O real não pode ser absorvido ou traduzido simplesmente na atuação de indivíduos e eventos singulares, pois existe uma realidade além deles e dos eventos singulares. Trata-se do entrecruzamento dos homens com outros elementos determinantes, com o seu meio, com a natureza e os ciclos que os cercam e constroem uma realidade complexa.

Essas diferentes temporalidades não são tratadas de forma isolada, cada uma delas é concebida em relação com as demais. Quando tomadas em conjunto, elas formam um quadro que possibilita o exame do fenômeno histórico em sua totalidade. De acordo com Braudel (1965, p. 288): “as durações que distinguimos são solidárias umas das outras: não é a duração que é a tal ponto criação de nosso espírito, mas os fragmentos dessa duração. Ora, estes fragmentos reúnem-se termo de nosso trabalho”. No esquema braudeliiano, as diferentes temporalidades não estão isoladas ou separadas; longa duração, conjuntura e acontecimento se entrelaçam sem dificuldades ou constrangimentos, pois são medidas diferentes de uma mesma escala: “O que interessa apaixonadamente a um historiador é o entrecruzamento destes movimentos, sua interação e seus pontos de ruptura” (BRAUDEL, 1965, p. 290).

Braudel reconheceu que seu projeto da longa duração era audacioso e complexo. O rompimento com essa história da curta duração já vinha ocorrendo, não foi uma invenção totalmente inovadora, mas o seu desafio não era simples. Com receios diante da receptividade de sua história mais abrangente, Braudel (2005, p. 15) afirma: “Espero também que não me reprovarão minhas ambições demasiado largas, meu desejo e minha necessidade de ver em ampla escala. A história talvez esteja condenada a estudar somente jardins bem fechados por muros”.

Assim, ele já alertava para as dificuldades que historiadores e cientistas sociais encontrariam ao trabalhar com a diversidade do tempo histórico. Trabalhar nessa perspectiva não é uma tarefa simples, pois a longa duração é mais que um alargamento dos

estudos. Para Braudel (1965, p. 271), pesquisar a partir dessa nova abordagem é “prestar-se a uma mudança de estilo, de atitude, a mudança de pensamento, a uma nova concepção do social. É familiarizar-se com um tempo mais lento, por vezes no limite do instável.” E acrescenta que “é com relação a estas grandes extensões de história lenta que a totalidade da história pode ser repensada, como a partir de uma infraestruturura”.

Todavia, ao sobrepor diversas temporalidades, uma delas apareceu como determinante. Estrutura, conjuntura e evento não têm o mesmo peso. Nesse processo, é a longa duração que domina, pois é a esfera causal, aquela que aparece como fundadora da evolução dos homens. É a lentidão da temporalidade geológica que se impõe. Dosse (2003, p. 175) argumenta:

A longa duração se beneficia, em relação às outras durações, de uma situação privilegiada. É ela que determina o ritmo factual e conjuntural e traça os limites do possível e do impossível ao regular as variáveis até um certo teto. Se o acontecimento pertence à margem, a conjuntura segue um movimento cíclico, somente as estruturas da longa duração pertencem ao irreversível.

A longa duração, história lenta, quase imóvel, se materializa e se realiza na Geo-história.<sup>6</sup> A observação e caracterização das lentas oscilações geográficas vão aparecer na base da arquitetura braudeliana. A Geo-história identifica-se com a estrutura e aparece como enfoque central para interpretação dos fenômenos humanos. Compreender os seus diversos elementos e sua lenta transformação no tempo é o papel do historiador que busca a longa duração.

Por conseguinte, devemos apontar que nessa história quase imóvel, a liberdade do homem é reduzida, pois o indivíduo aparece como preso ao meio natural, como um refém das estruturas da natureza física. “A geografia lhe permite valorizar a longa duração, minorar o peso do homem como ator da história ao substituí-lo por um sujeito espacial.” (DOSSE, 2003, p. 202). O resultado é que o papel e a atuação dos homens passam para um segundo plano.

---

<sup>6</sup> Sobre esse aspecto, Febvre teve uma influência decisiva na elaboração da obra de Braudel. Os dois se conheceram em 1934, no “Centro de Síntese Histórica” dirigido por Henri Berr. Posteriormente, em 1937, retornaram no mesmo navio da América Latina, foi quando o diálogo se consolidou e nunca mais foi interrompido. A tese de Febvre também abordava o reinado de Filipe II e já destacava o papel de um sujeito geográfico. A Geo-história que já havia sido decisiva na primeira geração dos *Annales* se transformou em um elemento ainda mais central pelas mãos de Braudel.

Braudel (2005, p. 23) considera que:

O problema não consiste em negar o individual a pretexto de que foi afetado pela contingência, mas em ultrapassá-lo, em distingui-lo das forças diferentes dele, em reagir contra uma história arbitrariamente reduzida ao papel dos heróis quinta-essenciados: não cremos no culto de todos esses semideuses (...).

Assim, uma das principais questões a serem colocadas à longa duração é que os indivíduos estão presentes e assumem o papel protagonista apenas na esfera do evento que, em certo sentido, é menosprezada, pois aparece como sendo a temporalidade mais enganosa e superficial. O homem está presente, mas não é o elemento centralizador do desenvolvimento histórico. Logo, o papel dos indivíduos é diminuído, eles se deslocam para a margem, enquanto os ciclos econômicos e as lentas mudanças geológicas ganham maior relevo.

### **Da longa duração à história imóvel**

Em 1978, 20 anos após a publicação do artigo de Braudel, Vovelle, no texto intitulado “A História e a longa duração”, fez um balanço sobre a proposta de Braudel, destacando suas repercussões no campo histórico. De acordo com o historiador francês, a longa duração “continua sendo um instrumento excepcional” (2005, p. 88). A influência estruturalista ampliou-se a partir de Braudel “e a história não morreu com isso” (2005, p. 88) acrescenta. Mas se num primeiro momento a longa duração tinha suas bases estabelecidas numa Geo-história, logo, o tempo longo se expandiu a partir de outras abordagens.

A partir de 1960, constituiu-se várias concepções de estruturas: estruturas econômicas, antropológicas, sociais e mentais, são algumas a serem destacadas. Além da perspectiva braudeliana, pode-se citar a vertente da antropologia histórica e uma corrente influenciada pela *Arqueologia do saber* de Michel Foucault. Nessa perspectiva, Pomian, (2005, p. 151-152) argumenta que a história estrutural se caracteriza por uma grande variedade de abordagens:

A estrutura ou, antes, as estruturas – porque, na linguagem dos historiadores, essa palavra só existe no plural – são fenômenos geográficos, ecológicos, técnicos, econômicos, políticos, culturais, psicológicos, que permanecem constantes durante um longo período ou que evoluem de maneira quase imperceptível.

A história econômica, por exemplo, ampliou os trabalhos a partir da longa duração. Para além do domínio do acontecimento, das crises e das rupturas, E. Le Roy Laudurie, ao estudar os camponeses do Languedoc, voltou-se para o tempo mais longo, investigando a produção e o crescimento econômico numa duração mais abrangente. Na mesma perspectiva, pesquisas no campo da história material dos homens ou de suas condições de vida se direcionaram para os aspectos mais estáveis e permanentes da civilização material.

No campo da história social, os historiadores deixaram de enfatizar as variações e dinâmicas para encontrar as estruturas sociais. Abordagem que possibilitou que a história das mentalidades ampliasse seus campos, buscando atitudes e comportamentos que se inscrevem em representações coletivas. Trata-se do domínio do inconsciente coletivo. Nesse domínio, os estudos de Philippe Ariès sobre a história da família, da atitude em relação à criança ou da morte, foram os mais destacados.

Braudel apresentou a pluralidade temporal, a partir da qual os diferentes ritmos se complementam em um todo coerente. Não obstante, a pluralidade temporal também pode evidenciar o choque as divergências entre as temporalidades ou até mesmo a independência dos tempos da história: “É na autonomia de um inconsciente coletivo, movido por sua própria dialética interna, que Ariès segue os movimentos de longa duração, que proporcionam sua respiração ao fenômeno” (VOVELLE, 2005, p. 110). Trata-se de uma quase história imóvel, que é pautada pelas repetições e permanências comportamentais, negando o movimento, enfim, o próprio acontecimento. Como observa Pomian (2005, p. 141):

O novo questionário dos historiadores incita-os a se interessarem prioritariamente pelo que se repete, pelo que retorna de forma periódica, até mesmo pelo que permanece constante, ou quase, durante um longo intervalo de temporal. Assim, o olhar se desloca do excepcional para o regular, do extraordinário para o cotidiano, de fatos singulares para os que aparecem em massa.

O limite da abordagem estruturalista é o abandono do acontecimento, do factual e, por conseguinte, o questionamento de toda mudança, da ruptura, da possibilidade revolucionária. “Dessas estruturas tão bem fechadas e arrumadas, já não se sabe direito como sair, e essa nova história corre o risco de ser tão estorvada pelo movimento quanto a outra o era pelas inércias” (VOVELLE,

2005, p. 110). A hipervalorização do aspecto estrutural, do tempo longo, pode resultar na negação do tempo curto.

Trata-se de uma história que afirma o primado da continuidade e da permanência, relativizando a mudança, ressignificando os fatos, apontando para impossibilidade de cisões. Assim, entende-se que as sociedades se reproduzem sem rupturas, sem revoluções. Tal abordagem que pode ser exemplificada pela obra de François Furet, *Pensando a Revolução Francesa*. Neste texto, Furet (1989, p. 27) relativiza as mudanças e rupturas promovidas pela revolução e questiona toda interpretação que apresenta o processo francês como catalisador de rupturas: “Se insistirmos em conservar a ideia de uma ruptura objetiva no tempo histórico, fazendo dessa ruptura o alfa e ômega da história de Revolução, seremos inevitavelmente conduzidos, qualquer que seja a interpretação enunciada, a absurdos”. Para Furet (1989, p. 28), a crítica a ideia de revolução é a questão central que deve nortear toda análise histórica do processo francês: “Qualquer conceitualização da história revolucionária começa pela crítica da ideia de revolução, tal como foi vivida por seus atores e veiculada por seus herdeiros: ou seja, como uma mudança radical, e como a origem de um tempo novo”.

Assim, elimina as rupturas e as descontinuidade para exaltar as inércias e as repetições. “A Revolução descende em linha direta do Antigo Regime” (FURET, 1989, p. 32). O acontecimento deixa de ser transformador e passa a ser encarado como um mito. Apoiando-se da leitura de Tocqueville e de Couchin, Furet afirma que a revolução se situa num processo de longa duração, no qual a centralização do poder é o elemento chave que evidencia a continuidade entre Luiz XIV e Napoleão Bonaparte. Dessa forma, desvalorizando as rupturas, Furetencontra na construção do Estado centralizado o elemento unificador, a continuidade, a repetição, a imobilidade histórica. Nessa leitura, a revolução perde qualquer elemento inovador para apresentar-se como continuidade do absolutismo monárquico.

A história estrutural braudeliana promoveu um grande avanço no campo da pesquisa histórica. Não obstante, o estruturalismo que desemboca numa história imóvel constitui o seu maior revés. Pois, em tal abordagem histórica, o aspecto humano perde a centralidade. Trata-se de uma história que escapa ao homem e à imprevisibilidade, apresentando estruturas fixas e imóveis como modelos esquemáticos e determinantes.

## Bibliografia

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. *História e ciências sociais. A longa duração*. In: **Revista de História**, Vol. 30, nº 62, abril-junho, 1965.

DOSSE, François. **A história em migalhas**. Dos *Annales* a nova história. Bauru: EDUSC, 2003.

FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *História e etnologia*. In: **Antropologia estrutural**. Trad. Chaim Katz e Eginardo Pires. 6.ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

REIS, José Carlos. *História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss*. In: **Revista História da historiografia**. nº 1, agosto, Rio de Janeiro 2008.

MARTIN, Hervé. *O estruturalismo e a história*. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Belo Horizonte: Autentica, 2018, p. 285 – 314.

POMIAN, Krzysztof. *A história das estruturas*. In: LE GOFF, Jacques. **A História nova**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 129-165.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *História e etnologia*. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira. In: **Revista de Antropologia**. Vol.24 n.1-2, São Paulo, 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-770119990001000](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-770119990001000). Acessado em: 21/12/15.

VOVELLE, Michel. *A História e a longa duração*. In: LE GOFF, Jacques. **A História nova**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 85 – 127.

Recebido em 30/09/2019  
Aprovado em 22/02/2021